

1 Ata da 192ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação. Aos catorze dias do mês de
2 agosto do ano de dois mil e vinte, conforme publicação em Diário Oficial, reuniram-se os
3 integrantes do Conselho Municipal de Educação, de forma REMOTA, por meio de aplicativo
4 específico, em cumprimento à seguinte ordem do dia: aprovação da ata da reunião anterior; leitura e
5 aprovação da Indicação e Deliberação sobre a convalidação do primeiro semestre letivo da
6 Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino no ano de dois mil e vinte; assuntos
7 gerais. Estiveram virtualmente presentes os Conselheiros a seguir: Cristina Van Opstal, Maria
8 Helena Marques, Enéas Machado, Nadia Trovão, Ercilla Wiggert, Sandiara Luiz, Fábio Giordano,
9 José Camelo, Sílvia Smolka, Solange Mendes, Denise Seoane, Nelson Melchior, Ivanise
10 Monfredini, Fabiana Riveiro, Suzete Faustina, Sandra Santos, Kátia Prado, Ligia Palumbo.
11 Justificaram a ausência os seguintes Conselheiros: Rita Gisela, João Bosco, Flávio Costa, Ana
12 Beatriz, Eliana Soares e Cristina Fernandes. Dando início à reunião a Senhora Presidente agradeceu
13 a presença de todos e perguntou se todos os conselheiros haviam recebido a ata da reunião anterior,
14 para a leitura e aprovação. A Conselheira Ivanise solicitou esclarecimentos quanto a sua indicação
15 como representante suplente do Conselho Municipal de Educação no Fórum Municipal no
16 Acompanhamento da Lei Federal nº 11.645/2008, conforme registrado na ata da reunião anterior. A
17 Presidente esclareceu que os conselheiros são indicados pela presidência para que estes representem
18 o Conselho no acompanhamento de reuniões específicas e que os indicados, titulares e suplentes,
19 são comunicados sobre a participação destas reuniões que, posteriormente, serão socializadas neste
20 Conselho. Conselheira Ivanise pediu informações sobre os procedimentos de participação e após a
21 explicação da Presidente tratando de acompanhamento da aplicação da Lei nas escolas, concordou
22 com a indicação. A seguir, a Presidente questionou se haveria mais alguma consideração sobre a ata
23 da reunião anterior e, não havendo, foi aprovada por todos. Na sequência a Presidente solicitou ao
24 Conselheiro Enéas Machado para realizar a relatoria da proposta de Indicação e projeto de
25 Deliberação afetos da convalidação do primeiro semestre letivo da Educação de Jovens e Adultos
26 no Sistema Municipal de Ensino de Santos, no ano de dois mil e vinte. Após a leitura da Indicação
27 que foi aprovada anteriormente, em reunião das Câmaras de Ensino Fundamental e Legislação e
28 Normas, no dia sete de agosto de dois mil e vinte, foi colocada para aprovação pela Presidente e
29 aprovada em plenária por todos os conselheiros. A seguir, o Conselheiro Enéas realizou a leitura do
30 projeto de Deliberação para a análise dos Conselheiros. Após a leitura, a Presidente perguntou aos
31 conselheiros se haveria alguma divergência e, não sendo apresentadas objeções, a Deliberação foi
32 aprovada pelo Conselho Pleno. A Presidente informou a importância da celeridade da publicação da
33 Indicação e Deliberação no Diário Oficial de Santos, para a regularização da expedição dos
34 históricos escolares com base nestas publicações. Dando prosseguimento, a Presidente informou
35 sobre o assento, neste Conselho, da Professora Elaine Dellamônica, em substituição da Conselheira
36 Fabiana Riveiro, na Câmara de Educação Infantil, sendo também necessária a nova eleição para a
37 presidência desta Câmara, em reunião específica. A Presidente agradeceu à Conselheira Fabiana por
38 todos os anos de participação e contribuição com este Conselho. Em continuidade, no
39 desenvolvimento dos assuntos gerais, dentre os quais haveria a apresentação do Plano de Retomada
40 das Atividades Presenciais nas unidades da rede municipal de ensino, fez o pronunciamento anterior
41 de que não cabe ao Conselho Municipal de Educação a decisão sobre o retorno das atividades
42 presenciais nas escolas, tanto na rede pública, entidades subvencionadas e particulares e, sim, cabe
43 esta responsabilidade aos órgãos de saúde, após a análise das propostas e protocolos de saúde
44 enviados. A Conselheira Maria Helena passou a apresentar o plano de retorno às aulas. Fez
45 referência a pesquisa junto às famílias atendidas nas UMEs de Educação Infantil, Ensino
46 Fundamental e Educação de Jovens e Adultos e às famílias atendidas nas Entidades Subvencionadas
47 sobre a possibilidade de retomada às atividades presenciais nas unidades escolares. Em linhas gerais
48 o cotejamento indicou que *80% das famílias não retornariam às atividades presenciais; 83,6% só*
49 *retornariam em 2021; 79% dos estudantes maiores preferem retornar às atividades presenciais em*
50 *2021; e 75,2% dos auscultados só voltariam às atividades presenciais quando houvesse a vacina*
51 *contra o Coronavírus (COVID-19).* A Conselheira Maria Helena expôs aos presentes que nos



52 próximos dias será organizada uma *escuta atenta* dos professores, especialistas e grupo de apoio
53 acerca do possível retorno às aulas/atividades presenciais. Nesta esteira, perpassou à organização do
54 retorno do Jardim, Pré-escola e Ensino Fundamental: *20% dos alunos por dia letivo; 3h30 de*
55 *permanência no espaço escolar; e o período integral permanecerá com as atividades não*
56 *presenciais*. Assim a jornada docente será configurada da seguinte forma: *2/5 de aulas presenciais e*
57 *3/5 de aulas remotas*. Na Educação de Jovens e Adultos, as escolas serão abertas todos os dias. Os
58 professores dos Ciclos I e II terão a jornada estruturada como segue: *3/5/ de aulas presenciais e 2/5*
59 *de aulas remotas*. Destacou que o Educador Referência colaborará nas atividades presenciais, e
60 sobretudo, nas atividades remotas. Desvelou que o plano de retomada foi organizado por fases: **1ª**
61 **semana** (acolhida) denominada Período Exploratório e abrangerá o Jardim, Pré-escola, Ensino
62 Fundamental e EJA com 20% do público e num atendimento parcial de 3h30; **14 dias depois do**
63 **monitoramento**, dar-se-á o retorno das crianças bem pequenas e Maternais I e II; **2ª semana** –
64 intervenção aportada nas memórias, com ênfase nas emoções e nas competências socioemocionais
65 previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e **3ª e 4ª semanas** dedicadas à sondagem
66 da aprendizagem. Pontuou que o Professor/Educador Referência terá momentos presenciais com os
67 alunos, complementando o ensino remoto, contribuirá no desenvolvimento do planejamento da
68 unidade escolar, exercerá liderança positiva contribuindo na elaboração das atividades
69 interdisciplinares. A Conselheira Nadia, na continuidade, apresentou aos presentes o levantamento
70 dos funcionários públicos alocados nas escolas, que possuem comorbidades ou doenças
71 preexistentes. Destarte, 788 funcionários estão afastados das atividades presenciais por conta da
72 situação retroexposta. Esclareceu aos conselheiros presentes, que o protocolo a ser seguido pela
73 Secretaria de Educação de Santos (SEDUC) será o mesmo que foi adotado pelo Governo do Estado
74 de São Paulo. Desta maneira apresentou os itens que serão disponibilizados às UMEs, bem como os
75 equipamentos de proteção individual (EPIs) a saber: termômetro a laser, 2 tapetes sanitizantes,
76 álcool em gel 70, totem para álcool em gel, máscaras (4 por aluno e 3 por funcionário), face shield e
77 luva de látex. A Conselheira Ercilla Wiggert do Programa Saúde na Escola (PSE) destacou que a
78 definição do retorno ou não das aulas presenciais nas UMEs será feita considerando todos os
79 critérios, inclusive das questões epidemiológicas e os *locos* de atendimento, para que estes não
80 entrem em colapso. Ponderou também que as Entidades Subvencionadas e Escolas Particulares
81 dependem da chancela da Vigilância Sanitária para o retorno às atividades presenciais. A
82 Conselheira Silvia Marques sinalizou da grande dificuldade na desinfecção das escolas,
83 principalmente na mudança de período e com a troca das turmas. O Conselheiro Fabio Giordano
84 cumprimentou a apresentação da organização para o possível retorno às atividades presenciais pela
85 SEDUC SANTOS. Considerou que o grande problema da desinfecção é justamente a troca das
86 turmas. As Instituições de Ensino Superior vêm organizando o retorno das atividades presenciais na
87 perspectiva de observar esta questão, objetivando a saúde dos estudantes e profissionais. A
88 Conselheira Sandra levantou a questão sobre os assuntos pendentes, referentes ao
89 direcionamento/gestão da linha 0800, e a respeito dos procedimentos que a Diretoria Regional de
90 Ensino adota quanto a aplicação da Lei Lucas, cujo objeto refere-se a capacitação dos profissionais
91 da educação em atendimentos de Primeiros Socorros. A Presidente do CME ofereceu a palavra aos
92 presentes para que estes se colocassem. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente agradeceu
93 a presença de todos, e encerrou a reunião já convocando para próxima reunião ordinária a ser
94 realizada e a presente ata, segue assinada por mim Álvaro Luiz Possani Marques e pela senhora
95 presidente Eva Cristina de Carvalho Souza Mendes, se conforme.